

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 16 set. 2009.

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. **Relatório de custos médios gerenciais**. Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/planejamento-e-pesquisa/planejamento/custo-medio-gerencial>>. Acesso em: 25 set. 2013.

BRASIL. **Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)>. Acesso em: 16 set. 2009.

BRASIL. **Lei nº. 9.311, de 24 de outubro de 1996**. Institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9311.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9311.htm)>. Acesso em: 16 set. 2009.

BRASIL. **Lei nº. 9.539, de 12 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9539.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9539.htm)>. Acesso em: 16 set. 2009.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 100, de 22 de dezembro de 1999**. Altera o Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, e a Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987, para acrescentar serviço sujeito ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp100.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp100.htm)>. Acesso em: 16 set. 2009.

BRASIL. **Lei nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8987cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8987cons.htm)>. Acesso em: 16 set. 2009.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça – STJ. **AgRg no Ag nº. 1199877/PR**, Relator: Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, 16 abr. 2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União – TCU. **Acórdão nº. 96/2004 – Plenário**. Disponível em: <[www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)>. Acesso em: 4 nov. 2014.



BRASIL. Tribunal de Contas da União – TCU. **Acórdão nº. 1.028/2007**, Plenário, Rel. Min. Ubiratan Aguiar, DOU de 05.06.2007.

BRASIL. Tribunal de Contas da União – TCU. **Acórdão nº. 1.335-2010-P**, Plenário. Disponível em: <[www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)>. Acesso em: 19 mar. 2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União – TCU. Secretaria Geral de Controle Externo. Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos. **Orientações para auditorias de conformidade**. Portaria ADPLAN nº. 1, de 25 de janeiro de 2010. Disponível em: <[www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)>. Acesso em: 21 out. 2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União – TCU. Secretaria Geral de Controle Externo. Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos. **Padrões de auditoria de conformidade**. rev. 2. Ago. 2009. In: Boletim do Tribunal de Contas da União. Ano XLIII, n. 2. 3 fev. 2010. Brasília: TCU, 2010. Disponível em: <[www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)>. Acesso em: 21 out. 2013.

ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa do Estado – ALES. Comissão Parlamentar de Inquérito. **Relatório final da CPI da Rodosol**. Disponível em: <[http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos\\_internet/cpi\\_rodosol/rel\\_final\\_rodosol.pdf](http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_internet/cpi_rodosol/rel_final_rodosol.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2013.

ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa do Estado – ALES. Relatório final de auditoria de segurança: In: **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Rodosol**. Anexo VI.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº. 5.720, de 18 de agosto de 1998**. Disponível em: <<http://www.al.es.gov.br/images/leis/html/L5720.html>>. Acesso em: 16 set. 2009.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar nº. 477, de 18 de agosto de 2008**. Cria a Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infra-Estrutura Viária do Espírito Santo - ARSI e dá outras providências. Disponível em: <<http://governoservico.es.gov.br/LeisES/documentos/0204772008.doc>>. Acesso em: 16 set. 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Avaliação econômico-financeira do contrato de concessão do Sistema RODOSOL**: Produto II – Relatório Técnico I. Rio de Janeiro, 2008.

FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de Direito Administrativo**. 3ª ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS. **Orientação Técnica IBR nº. 001/2006**: Projeto Básico. 2006. Disponível em: <[www.ibraop.org.br](http://www.ibraop.org.br)>. Acesso em: 18 set. 2013.

INSTITUTO RUI BARBOSA. **Normas de auditoria governamental – NAG**: aplicáveis ao controle externo brasileiro. Tocantins: IRB, 2011.



JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 11. ed. São Paulo: Dialética, 2005.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 13. ed. São Paulo: Dialética, 2009.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 4ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Teoria geral das concessões de serviço público**. São Paulo: Dialética, 2003.

MOTTA, Cezar Augusto Pinto; OLIVEIRA, Pedro Jorge Rocha de. A dimensão do "projeto básico" na concessão. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS. **Anais do Encontro Nacional de Auditoria de Obras Públicas**; 23 e 24 maio 2011; Florianópolis. Disponível em: <[http://www.ibraop.org.br/enaop2011/docs/Dimensao\\_projeto\\_basico\\_concessoes.pdf](http://www.ibraop.org.br/enaop2011/docs/Dimensao_projeto_basico_concessoes.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2013.

PIRES, Leonardo Lobo. **O conceito jurídico indeterminado de elementos de projeto básico**: posições do Tribunal de Contas da União e do Poder Concedente no acompanhamento das concessões rodoviárias. Monografia – Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1023/Monografia\\_Leonardo%20Lobo%20Pires.pdf?sequence=1](http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1023/Monografia_Leonardo%20Lobo%20Pires.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 18 set. 2013.

SENÇO, Wlastermiller de. **Manual de Técnicas de Pavimentação**. São Paulo: Pini, 1997.

SOUZA, Landolfo Andrade de. **Da obrigatoriedade do projeto básico nas concessões de serviços públicos**: interpretação do inciso XV, do artigo 18, da Lei 8.987/95, em conformidade com a Constituição Federal. Disponível em: <[http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao\\_cidadania/Licitacao/Doutrina\\_Licitacao/artigo%20-%20obrigatoriedade%20de%20projeto%20b%C3%A1sico\\_0.doc](http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_cidadania/Licitacao/Doutrina_Licitacao/artigo%20-%20obrigatoriedade%20de%20projeto%20b%C3%A1sico_0.doc)>. Acesso em: 18 set. 2013.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 46. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007. p. 358.

ESPÍRITO SANTO. Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES. **Análise Técnica do Edital de Concorrência – SETR CN – 001/97**. Processo TC 3224/1997.

ESPÍRITO SANTO. Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES. **Relatório de Auditoria Extraordinária nº. 3/2009**. Processo TC nº. 4574/2009.

VITÓRIA. **Lei nº. 5.252, de 2000**. Acrescenta o item 101 ao artigo 1º da Lei 3.998/1993. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/economia/lei3998-93.htm>>. Acesso em: 16 set. 2009.

